



SENADO FEDERAL

Marco Maciel

A large, stylized map of Brazil is positioned on the left side of the cover. The map is filled with a dense, repeating pattern of the word 'LIBERALISMO' written in a small, sans-serif font, oriented vertically. The map's outline is clearly visible against the light background.

**LIBERALISMO:**  
**Conduta e Doutrina**

Brasília — 1992





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCO MACIEL

# **LIBERALISMO: CONDUTA E DOUTRINA**

BRASÍLIA — 1992



O liberalismo define-se, na semântica dos novos tempos, como uma doutrina que busca conciliar as conquistas da liberdade com as aspirações da igualdade. Se assim não for entendido, o liberalismo corre o risco de se transformar num exercício superado de mero individualismo, incapaz, portanto, de oferecer fórmulas que assegurem ao lado da isonomia jurídica, um mínimo de igualdade econômica e social.

É também importante considerar que o verdadeiro liberal parte do pressuposto que o liberalismo não é uma doutrina hermética, uma "ideologia" fechada, sectária, insuscetível de modificação, mas uma visão do mundo que está em permanente "aggiornamento"; exige-se pois, sempre, daqueles que o professam, estarem atentos para o fato de que não possuímos a "proposta", antes, uma proposta que está aberta a constante atualização, ao debate e à crítica. Enfim, trata-se de um ideário que se aperfeiçoa com a evolução da sociedade, o progresso do conhecimento, o avanço da tecnologia, enriquece-se com a experiência e o confronto e com outras doutrinas e correntes de pensamento.

Foi isto, o que certamente Nicola Matteucci, um dos autores do *Dicionário da Política* quis dizer ao afirmar: "o liberalismo tem apenas um fim e um método: o fim é o de garantir os direitos civis e políticos dos cidadãos: o método é o de empregar a razão crítica, aberta à discussão e sempre disposta a aceitar a lição da experiência.

## LIBERALISMO — ESTILO DE VIDA

O liberalismo não é apenas uma doutrina é, antes, igualmente, uma atitude de vida, uma conduta existencial. É o que diz, por exemplo, um Raymond Aron: "Define-se o liberalismo, como o entendo, como uma atitude existencial,

um conjunto, uma hierarquia de valores" (*Um Liberal na Imprensa*); ou um Karl Flach: "Como o liberalismo não conhece verdades absolutas nem situações políticas definitivas, a liberdade de espírito é ponto fundamental de seu programa e, nesse sentido, a tolerância é condição necessária" (*O Futuro da Liberdade*); um Vargas Llosa: o liberalismo "é tolerância, ...está sempre disposto a retificar o erro e a submeter sempre as idéias e convicções à prova da realidade". (*A Liberdade e a Igualdade*); um Ralf Dahrendorf: "Aos liberais aborrece o dogmatismo e o não buscar um caminho racional" (*Os Objetivos Futuros do Liberalismo*), ou, finalmente, um Gilberto de Melo Kujaski: "O liberalismo é um estilo de vida, uma práxis" (*A Façanha da Liberdade*).

O liberalismo enquanto doutrina é uma proposta política que tem compromisso com a mais antiga aspiração da humanidade: a liberdade, bem insubstituível sem o que fenece no homem a possibilidade de criar e agir, compreender e amar.

A idéia liberal, impregnada portanto de um cáldo humanismo vem, assim, dos longes dos tempos e, embora antiga, está sempre em processo de constante renovação.

## REVOLUÇÕES HUMANISTAS

Nos últimos séculos, três revoluções foram fundamentais para o destino do homem, e dessa forma, do liberalismo, posto que movimentos em nome do humanismo estão nas raízes das mais importantes transformações que a idade moderna conheceu: a Revolução Inglesa (1688), a Americana (1776) e a Francesa (1789), cujo bicentenário acabamos de celebrar.

O eixo dessas revoluções, observe-se, foi sempre colocar o Estado a serviço do interesse geral, não o limitando apenas ao papel de "gendarme", de guardião da ordem. Desta maneira, e sob inspiração dos princípios iluministas, permitiu desabrochar ao lado da liberdade, a idéia de progresso, uma idéia intrinsecamente liberal, pois a humanidade passou a confiar em suas próprias potencialidades.

Esses princípios deram a volta pelo mundo e, obviamente, chegaram ao Brasil, e, se, ainda que o partido conservador do Império tivesse feito importantes reformas (alargando o universo eleitoral e percorrendo as etapas do abolicionismo), eram indubitavelmente os liberais, através de seu partido, que empolgavam essas bandeiras, defendendo-se, antecipando-as. Joaquim Nabuco, filho de Nabuco de Araújo, no fim do Império, e Rui Barbosa, no início da República, são nomes que podemos destacar.

## LIBERDADE E IGUALDADE

O liberalismo serviu de inspiração ao desenvolvimento do ideal democrático, pois, frise-se — sobretudo em função das idéias iluministas do século XVII —, contribuiu para consolidar a democracia da representação como agora inspira a democracia da participação, buscando tornar possível assegurar, ao lado da liberdade, a igualdade de oportunidades.

Hoje esse ideário político, centrado na conquista e no alargamento das franquias individuais, luta, extrapolando a proteção meramente jurídica do cidadão, para estendê-la a outras formas de garantias igualmente fundamentais para a humanidade, notadamente no campo social e econômico.

Para que se entenda a importância dos fundamentos do liberalismo é indispensável determo-nos no exato conceito de liberdade, que forma a essência do elenco de suas conquistas ao longo dos dois últimos séculos.

O conceito de liberdade, no campo filosófico e em sua dimensão política, não é, ao contrário do que se supõe, unívoco e univalente.

A concepção de liberdade positiva de "fazer tudo aquilo que não prejudica aos outros" não se contrapõe, mas, ao contrário, equilibra-se e complementa-se nos limites das liberdades negativas, que consistem em assegurar igual faculdade a todos os demais membros da sociedade. Aí, está, na verdade, a síntese da concepção liberal da liberdade: a liberdade com igualdade de oportunidades para todos.

Essa síntese fundamental que caracteriza o pensamento liberal do século XX já foi eloqüentemente definida por Robert Hobhouse, quando, em sua obra clássica *Liberalismo*, afirmou que "liberdade sem igualdade é um nome de sonora nobreza mas de pálido significado".

Não é por outra razão que, em sua sabedoria popular, no carnaval de 89, a Escola Imperatriz Leopoldina cantava no seu samba-enredo:

"Liberdade, liberdade  
abre as asas sobre nós  
e que a voz da igualdade  
seja sempre a nossa voz."

Portanto, na visão do moderno liberalismo, o Estado tem como fundamento ético a necessidade de assegurar a liberdade e garantir a igualdade. Essa, na minha opinião, constitui a questão crucial de uma democracia verdadeiramente liberal em nossos dias.

O moderno liberalismo, como o mitológico deus jannus, tem assim duas faces: a busca da liberdade, de um lado, e a conquista da igualdade, de outro.

## ○ ESTADO E O LIBERALISMO

O liberalismo, todavia, nunca se fiou no Estado como único condutor desses objetivos. Antes acredita na capacidade do indivíduo de criar, de empreender, no poder da sociedade de transformar a si mesma, colocando o Estado a seu serviço, fazendo-o instrumento de suas aspirações, pondo-o permanentemente sob seu controle.

Para poder transformar as instituições que modela, inclusive o próprio Estado, o liberalismo é uma proposta dinâmica, em permanente movimento.

Para os liberais, os instrumentos de poder não são intrinsecamente bons, nem intrinsecamente maus. Os modelos teórico e ideológicos não são modelos completos, acabados e definitivos, como camisas-de-força que se aplicam às diferentes realidades. Para o liberal, a concepção do poder é neutra, como neutros são os instrumentos do poder. Eles podem ser bem ou mal aplicados, eficientes no uso ou ineficazes nos resultados.

Por isso, em consequência, não há soluções salvadoras. Elas devem ser testadas, na sua utilização e na sua prática. O liberalismo não tem uma concepção negativa nem uma concepção positiva do Estado. O Estado deve ser apenas o instrumento das mudanças e do aprimoramento da estruturação política, econômica, jurídica e cultural da sociedade.

Se essa concepção é verdadeira nos países mais desenvolvidos, com muito mais rigor se aplica a nós, pois a função reservada ao Estado, tradicional e historicamente, no Brasil, não é só a de promover a instauração de um regime político estável e institucionalmente forte, capaz de resistir a todos os desvios totalitários.

## PODER E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

É também por essência o liberalismo, contra o monopolitismo do poder. Reparte-o não para enfraquecê-lo, mas para, distribuindo-o, democratizá-lo, fazê-lo participativo.

A distribuição se deve efetuar pela mobilização de todos, em todos os níveis, pois o poder tem que ser distribuído a partir da pequena comunidade, das associações, antes mesmo dos municípios.

Quanto mais desenvolvida uma sociedade, quanto mais numeroso e permeáveis as instituições políticas, mais fortes as instituições intermediárias. Portanto, democracia liberal é sinônimo de democracia participativa.

Na época contemporânea, em que se acentuam as desigualdades sociais, cresce a influência do Estado. oprimem-se as minorias e surgem novas formas



de dominação econômica que impedem o desenvolvimento, o liberalismo adquire força e sentido em sua ação inovadora.

No campo político, como se sabe, o liberalismo luta pelo alargamento e pela generalização da democracia liberal e do sistema representativo, buscando novas formas de participação.

## LIBERALISMO E CAPITALISMO

Sob esse aspecto, a proposta liberal é aquela que melhor convém ao indivíduo e à sociedade na medida em que reduz os limites de intervenção e de regulamentação — direta e indireta — do Estado, que inibe o progresso e limita a capacidade de criar e de produzir do cidadão e da comunidade.

É bom lembrar, como fez Norberto Bobbio, que "enquanto a antítese do estado absoluto é o estado democrático, a antítese do estado liberal é o estado paternalista, que toma conta de seus súditos como se fossem eternos menores de idade".

Temos visto, de um lado, que a estrutura econômica do capitalismo tem sido eficiente para lidar com a liberdade formal do indivíduo e do cidadão; de outro, que é importante para lidar com as garantias reais relacionadas com a dignidade da vida, com a igualdade de oportunidades e com a justiça social que livrem o homem dos padrões de miséria, dos riscos do desemprego e do temor pela contínua violação de seus direitos sociais.

## SOCIALISMO E LIBERALISMO

Os regimes socialistas, em contrapartida, têm sido eficientes para lidar com as garantias reais que livrem o homem da miséria, assegurando-lhe condições mínimas de sobrevivência, no que diz respeito à garantia do emprego, do salário e até mesmo da educação e da saúde. Mas, em compensação, têm sido rigorosamente incapazes de lidar com as garantias formais, igualmente essenciais à vida humana e à liberdade — em todas as suas manifestações, inclusive de expressão religiosa — assegurar o direito da livre crítica, da divergência e da realização pessoal, através da livre competição.

O liberalismo de nossos dias, ao contrário, propõe-se a superar essa ambigüidade por não tratar a realidade a partir de modelos teóricos ou ideológicos. E é aí exatamente que reside a diferença entre as ideologias, sejam elas quais forem, e a concepção liberal sobre a natureza do poder.

Tão importante quanto a instauração da democracia, para nós, é a promoção do desenvolvimento. E desenvolvimento em que o Estado não seja o

exclusivo agente, como nos modelos socialistas, nem um agente omissos e passivo, como nos regimes capitalistas.

No plano econômico e no plano social, a reivindicação liberal contemporânea diz respeito à possibilidade de obtermos a igualdade de oportunidade, relativamente às garantias da educação, do trabalho, da saúde, da habitação e dos padrões mínimos de desempenho humano que livrem o homem da ignorância, do temor do desemprego, da condenação a viver em condições subumanas e da doença.

## O LIBERAL E O ESTADO

Daí em seu livro *O Futuro da Liberdade*, Karl Hermann Flach, afirmar: "O liberal sabe que os homens não são iguais, e é exatamente por isso que terá de se empenhar, mesmo radicalmente se for necessário, por uma igualdade de oportunidades, a fim de que todos possam ocupar um lugar na sociedade de acordo com as suas qualidades, desejos, capacidade e vontade de produzir, independentemente de sua proveniência, origem familiar e saúde".

Nenhuma sociedade conseguiu atingir tais padrões, a não ser através das mudanças políticas operadas a partir do exercício do poder moderador do Estado, na alocação dos recursos produzidos pela coletividade. Os ajustamentos na sociedade de hoje jamais se operarão se não assegurarmos de um lado, a possibilidade de multiplicar a iniciativa individual no plano econômico, e, do outro, a ação moderadora do Estado para distribuição harmônica dos bens econômicos coletivamente produzidos.

A repartição do poder, sua desconcentração, tem como contrapartida no campo econômico a multiplicação do acesso à riqueza, à propriedade. Isto passa a ter tanto mais importância, na medida em que as novas tecnologias ampliam concentração de poder nas mãos do Estado ou das empresas transnacionais.

Depois de anos de especulação, em que o trabalho e a atividade produtiva foram sistematicamente desprezados, e se esqueceu o esforço conscientemente voltado para a produção da riqueza, em favor do desfrute do capital acumulado, dos bens simplesmente amealhados sem possibilidade de reprodução social útil, temos evidentemente que mudar a mentalidade, mudar os padrões de comportamento e os valores sociais sobre os quais se assenta a atividade econômica. A economia deve ser também participativa o que se pressupõe, como em relação ao poder, que se multipliquem as oportunidades de acesso a ela.

Esse papel não pode ser cumprido exclusivamente pelo Estado, mas sim pela iniciativa privada e pelo Estado, simultânea e concorrentemente.

## BRASIL: A REVOLUÇÃO LIBERAL

Não podemos continuar sendo a nona economia do mundo ocidental, colocando-nos ao mesmo tempo em quinquagésimo sétimo lugar em relação aos padrões de desempenho social. Ou harmonizamos a ordem econômica com as aspirações sociais, ou agravamos, até a convulsão, o estado de pobreza absoluta em que vivem quase três quartos da população brasileira.

Somos uma proposta nova, uma solução criativa, na permanente luta entre as ambigüidades das soluções tradicionais. Temos que usar os instrumentos do poder, para transformar o poder, no que ele tem de arcaico e de ineficiente. Temos que usar o poder da política, para operarmos as transformações da sociedade, para que o conflito entre as classes não se transforme na radicalização ideológica. Temos, assim, que oferecer propostas aceitáveis pela sociedade, e estas, compatíveis com uma estruturação democrática do poder.

Ao Estado cabe planejar, jamais planificar centralizada e autoritariamente. O planejamento deve ser intrinsecamente democrático, por oposição à planificação existente nos países de economia fechada, cujos modelos exigem fracassos, segundo confissões do próprio Michail Gorbachev.

O liberalismo pressupõe o desenvolvimento como resultado da capacidade de criar e produzir do cidadão e da sociedade, graças a estímulos gerados pela competição, ensejadores de um progresso mais acelerado e de menor custo. É preciso que o maior número de cidadãos tenha acesso a este processo.

Cito, mais uma vez, Karl Flach: "...parece-nos viável partir do princípio que a única sociedade a aproximar-se das condições ótimas possíveis de serem alcançadas, será aquela onde vigorar uma relação equilibrada entre liberdade, igualdade e crescimento".

Isso que dizer que o Brasil precisa de um choque que seja mais que capitalista, isto é, liberal, por conseguinte democrático, participativo, pois a iniciativa privada também deve estar vigiada pela sociedade. A economia existe para o homem, não o oposto. Porque a liberdade é que gera a riqueza e a riqueza, por si, o sabemos, não conduz necessariamente à liberdade.

## LIBERALISMO E DESENVOLVIMENTO

Por isso o verdadeiro desenvolvimento insere-se no vasto espectro de um humanismo liberal.

Todo este programa é, assim, radical, na proporção em que é uma proposta que perscruta as causas — e não os efeitos — de nossos problemas.

"Radical", diz insuspeitamente José Marí, "não é mais do que isto: é o que vai às razões. Não se chame de radical o que não vê as coisas em seu fundo", complementa.

O liberalismo, sob esse aspecto, apresenta-se mais radical que qualquer outra proposta ou doutrina política.

Colonizado no início da modernidade mundial, a partir do Renascimento, o Brasil, como se sabe, recebeu de Portugal heranças medievais, há muito superadas na Europa. Para o Brasil foi transferido senão um governo, pelo menos uma pronta e completa administração, antes que se constituísse uma Nação. Raimundo Faoro, no seu livro *Os Donos do Poder*, apontou o patrimonialismo, o corporativismo e o cartorialismo — que importamos de Portugal — como instrumentos que produziram uma excessiva dependência da sociedade em relação ao Estado.

Explica-se, por isso, não dispor a sociedade de desejada energia própria. Os ventos liberais por mais fortes que sejam não são suficientes para estabelecer o primado da sociedade sobre o Estado. Daí prosperar no Brasil, por exemplo, o capitalismo sem risco, a condenação ao lucro que é preço do risco do investimento, a recompensa da produtividade; o clientelismo na forma de subsídios descabidos e o corporativismo que se opõe aos interesses maiores da Pátria.

Este sopro liberal que perpassa o mundo já se reflete em nosso País. As grandes revoluções liberais — *Inglês, Americana e Francesa* — encontraram mais que ecos, confraternizam almas irmãs. O Brasil também tem sua alma e uma história libertária, apesar do precoce gigantismo do Estado, que sempre exerceu avassaladoramente enorme tutela sobre o cidadão e a sociedade.

Essa aspiração liberal, que se converte em consciência cívica, se alastra na medida em que o País se urbaniza e em conseqüência da crescente complexidade que assume o processo de desenvolvimento do País.

## CONDENAÇÃO DOS PRIVILÉGIOS E MORDOMIAS

Tudo isso leva a comunidade a uma crescente tomada de posição repelindo os privilégios, as mordomias, os favores e tráfico de influências, uma vez que são condutas antiliberais. Procedem de deformações cartoriais, patrimonialistas e corporativistas. O livre e transparente acesso à competição, delimitado apenas pelo equilíbrio de liberdades, deve ser o verdadeiro caminho de uma sociedade liberal.

Não se chegará, pois, a uma democracia duradoura, nem ao pleno desenvolvimento de novas potencialidades, sem uma prática liberal num mundo em que a rapidez das informações atinge, simultaneamente, a todos.

## HUMANISMO LIBERAL

Há muito que o mundo é um só: a "Aldeia Global" — que McLuhan chamou de "galáxia de Gutemberg" — em face dos desdobramentos da imprensa em mídias eletrônicas.

O humanismo liberal já ultrapassou fronteiras: do Ocidente para o Oriente, do oeste para leste, dos países do Primeiro Mundo para os países em desenvolvimento, inclusive na América Latina.

O Brasil, temos razão para acreditar, fará sua inserção neste cenário, pois temos compromisso com o futuro e jamais nos deixaremos isolar deixando de nos incorporar a uma proposta que nos leva a um amanhã democrático e ao desenvolvimento.

Impõe-se, contudo, que o liberalismo que defendemos não se reduza a um mero apelo retórico; há que convertê-lo em ação política, pois este é o processo pelo qual as idéias se consolidam em ideal e se transformam em realidade concreta.

**PALESTRA NO INSTITUTO TANCREDO NEVES  
RECIFE, 22-8-92**





